

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.332 - RS (2019/0302495-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MATEUS DOMINGOS SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MATEUS DOMINGOS SOUSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravos em Execução n. 0236572-97.2019.8.21.7000).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais de Santa Maria/RS, em razão de nova condenação e do consequente redimensionamento dos lapsos temporais, tornou sem efeito sua decisão anterior, datada de 28/8/2018, que havia deferido ao paciente a progressão ao regime semiaberto e considerado tal data como marco inicial de implemento do requisito objetivo para a concessão do benefício. Com isso, manteve-se o regime semiaberto da condenação, excluindo-se a data-base da GEP (e-STJ fl. 67).

Em razão disso, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o Tribunal *a quo*, que deu parcial provimento ao recurso para determinar a regressão de regime, nos termos transcritos pela seguinte ementa (e-STJ fl. 97):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL CADASTRAMENTO DE NOVA CONDENAÇÃO. DECISÃO AGRAVADA QUE TORNA SEM EFEITO A PROGRESSÃO DE REGIME (SEMIABERTO) E A ALTERAÇÃO DE REGIME ANTERIORMENTE DEFERIDA. MANTENDO, TODAVIA, O APENADO NO REGIME SEMIABERTO. REGIME

Superior Tribunal de Justiça

CARCERÁRIO. Diante do cadastramento do nova condenação, devo o Juiz determinar a soma das penas. Considerando o saldo de pena a cumprir de mais de 07 anos e sendo o apenado reincidente, determino o seu retorno ao regime fechado.

ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. De acordo com a orientação do STJ, a alteração da data base para a concessão de novos benefícios diante de nova condenação não encontra respaldo legal, motivo pelo qual deve ser mantida a data base do início do cumprimento da pena.

AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

Ressalta a Quinta Câmara Criminal do Tribunal que o magistrado de primeiro grau tornou sem efeito a decisão concessiva da promoção ao regime semiaberto sem, contudo, justificar o motivo da manutenção no regime intermediário. No caso concreto, diante de nova condenação, deve ser realizada a somatória das penas, e considerando que o impetrante é reincidente e apresenta saldo de pena a cumprir de mais de 7 anos, deve haver a regressão ao regime fechado para a continuidade do cumprimento da pena (e-STJ fls. 100/101).

Aduz que não se pode alterar a data-base para a concessão de novos benefícios executórios, diante de nova condenação e unificação das penas, tampouco para o dia do seu trânsito em julgado, nos termos do entendimento desta Corte Superior, por falta de previsão legal (e-STJ fls. 101/103).

Nesta impetração, a Defensoria Pública argumenta, por sua vez, que não há que se falar em regressão por motivo tão insignificante como a conduta adotada pelo paciente, que se ausentou temporariamente da área em que deveria permanecer, porém sem empreender fuga e sem se envolver em qualquer ocorrência policial (e-STJ fls. 5/6).

Alega que a regressão de regime não é corolário obrigatório do reconhecimento de nova condenação, não podendo haver aplicação objetiva da sanção pelo julgador, que tem contato com a prova, mormente quando não verificadas condições objetivas e subjetivas para regredir o regime, sob pena de se ferir o princípio da individualização da pena (e-STJ fls. 5/6).

Superior Tribunal de Justiça

Ressalta que "é manifestamente desproporcional a nova condenação com a aplicação de regressão de regime, pois o paciente recebe o mesmo tratamento que seria infligido caso houvesse sido recapturado em razão da prática de novo delito, o que caracteriza a manifesta ilegalidade em razão da desproporção da medida aplicada" (e-STJ fl. 6).

Nesse ínterim, evidenciado o constrangimento ilegal, requer, em liminar, a suspensão da decisão que reconheceu o novo delito e aplicou a regressão de regime e, ao final, a concessão da ordem para cassar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos subjetivos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar praticamente confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

